

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA MARISA LOJAS S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

(a) **MARISA LOJAS S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua James Holland, n.º 422/432, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.189.288/0001-89, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE n.º 35.300.374.801, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora" ou "Companhia"); e

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"), sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

Resolvem, em regular forma de direito, celebrar este "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Marisa Lojas S.A." ("Emissão", "Debêntures" e "Escritura de Emissão", respectivamente), em observância às seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 24 de abril de 2014 ("RCA"), nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS**

A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

**2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")**



2.1.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na CVM, previsto no artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação ("Instrução CVM n.º 476" e "Oferta Restrita", respectivamente).

2.1.2. A Emissão será registrada na ANBIMA, exclusivamente para fins de informar a base de dados, nos termos do Parágrafo 1º, inciso I, e do Parágrafo 2º, ambos do artigo 1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, até a data do encerramento da Oferta Restrita, condicionado a expedição de diretrizes específicas para o cumprimento desta obrigação.

## **2.2. Arquivamento na JUCESP e Publicação da ata de RCA**

2.2.1. A ata da RCA será devidamente arquivada na JUCESP nos termos da legislação em vigor, e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico", nos termos do artigo 62, inciso I, combinado com o artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

## **2.3. Registro da Escritura de Emissão**

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações. Vias originais desta Escritura e de eventuais aditamentos deverão ser protocolados pela Emissora para registro na JUCESP em até 10 (dez) dias úteis da respectiva assinatura, e uma vez devidamente registrados na JUCESP, deverão ser enviadas pela Emissora ao Agente Fiduciário tempestivamente após a data do respectivo arquivamento.

## **2.4. Registro para Distribuição e Negociação**

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA") e negociação no mercado secundário no CETIP21 – Módulo de Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o disposto no item anterior, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) de acordo com o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM n.º 476/09, depois de decorridos 90 (noventa)

dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, e observado o cumprimento, pela Emissora, das exigências dispostas no artigo 17 da Instrução CVM n.º 476/09.

2.4.3. Consideram-se "Investidores Qualificados" aqueles definidos no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado o disposto na Instrução CVM n.º 476/09 e na presente Escritura, incluindo, mas não se limitando a (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (v) fundos de investimento destinados a investidores não qualificados e (vi) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04, os quais deverão subscrever, no âmbito da oferta pública das Debêntures com esforços restritos de distribuição, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

#### **3.1. Objeto Social da Emissora**

3.1.1. A Emissora tem por objeto o comércio varejista de artigos de vestuário feminino, masculino, infantil e acessórios, cama, mesa e banho, tecidos, bolsas, calçados e acessórios, artigos de viagens, perfumaria, armarinho em geral, bijuterias, óculos e souvenirs, papelaria, brinquedos, plásticos, material fotográfico, cinematográfico e fonográfico, CDs e DVDs, aparelhos telefônicos, livros e revistas, artigos para presente e decorações, máquinas e aparelhos de uso doméstico, artigos para os serviços de mesa, copa e cozinha, podendo as lojas serem divididas por setores e também dedicar-se à venda no atacado, corners de terceiros, franchising, importação e exportação, prestação de serviços de correspondente bancário, bem como a organização, participação e administração, sob qualquer forma, em sociedades e negócios de qualquer natureza, na qualidade de sócia ou acionista.

#### **3.2. Número da Emissão**

3.2.1. A presente Escritura de Emissão representa a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora.

#### **3.3. Séries**

3.3.1. A Emissão será realizada em 2 (duas) séries (cada uma, individualmente e indistintamente, uma "Série" e as duas em conjunto, "Séries").

#### **3.4. Valor Total da Emissão**

3.4.1. O valor total da Emissão será de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão").

### 3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas 20.000 (vinte mil) Debêntures, sendo 10.000 (dez mil) debêntures da 1ª (primeira) série ("Debêntures da 1ª Série") e 10.000 (dez mil) debêntures da 2ª (segunda) série ("Debêntures da 2ª Série").

### 3.6. Destinação de Recursos

3.6.1. Os recursos captados por meio da Oferta Restrita serão destinados para reforço de capital de giro da Emissora.

### 3.7. Colocação e Plano de Distribuição

3.7.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme para o Valor Total da Emissão, destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários responsáveis pela colocação das Debêntures ("Coordenador Líder, Coordenadores") em observância ao plano de distribuição previamente acordado nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, da 3ª (Terceira) Emissão da Marisa Lojas S.A." ("Contrato de Colocação") entre a Emissora e os Coordenadores e conforme estabelecido nesta Cláusula Terceira.

3.7.2. Sem prejuízo do disposto no item 3.7.1. acima, no âmbito da Oferta Restrita (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pelos Coordenadores; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09.

3.7.3. O público alvo da Oferta Restrita será composto exclusivamente por Investidores Qualificados.

3.7.4. Não haverá a emissão de lote adicional ou de lote suplementar de Debêntures.



3.7.5. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula Terceira e no Contrato de Colocação.

3.7.6. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão.

3.7.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos.

3.7.8. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

### **3.8. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário**

3.8.1. O banco liquidante da Emissão e o escriturador mandatário das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, s/ n.º, Vila Yara, Prédio Amarelo, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante e Escriturador Mandatário").

## **CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

### **4.1. Data de Emissão das Debêntures**

4.1.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 25 de abril de 2014 ("Data de Emissão").

### **4.2. Valor Nominal Unitário das Debêntures**

4.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais de reais) ("Valor Nominal Unitário").



### **4.3. Conversibilidade, Forma e Comprovação de Titularidade das Debêntures**

4.3.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido pela CETIP extrato em nome (i) dos titulares das Debêntures da 1ª Série ("Debenturistas da 1ª Série") e (ii) dos titulares das Debêntures da 2ª Série ("Debenturistas da 2ª Série") e, quando em conjunto com os Debenturistas da 1ª Série, os "Debenturistas", que servirá, igualmente, como comprovante de titularidade das mesmas.

### **4.4. Espécie**

4.4.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

### **4.5. Preço de Subscrição e Forma de Integralização**

4.5.1. Todas as Debêntures serão integralizadas em uma única data, em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, pelo seu Valor Nominal Unitário.

### **4.6. Prazo de Vigência e Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série**

4.6.1. As Debêntures da 1ª Série terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 25 de abril de 2019 ("Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série"), sem prejuízo das hipóteses de vencimento antecipado e de resgate antecipado facultativo dispostas na presente Escritura de Emissão. Na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série, a Emissora se obriga a pagar as Debêntures de 1ª Série que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série devida, calculada conforme a Cláusula 4.10. abaixo.

### **4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série**

4.7.1. As Debêntures da 2ª Série terão prazo de vigência de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 25 de abril de 2021 ("Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série"), sem prejuízo das hipóteses de vencimento antecipado e de resgate antecipado facultativo dispostas na presente Escritura de Emissão. Na Data de Vencimento das

Debêntures da 2ª Série, a Emissora se obriga a pagar as Debêntures da 2ª Série que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures da 2ª Série devida, calculada conforme a Cláusula 4.11. abaixo.

#### **4.8. Amortização das Debêntures da 1ª Série**

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será amortizado integralmente na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série, ou seja, em 25 de abril de 2019.

#### **4.9. Amortização das Debêntures da 2ª Série**

4.9.1. O Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da 2ª Série será amortizado em duas parcelas de: (i) uma parcela no valor de 50% (cinquenta por cento) do Valor Nominal das Debêntures da 2ª Série ao final do sexto ano a contar da Data de Emissão; portanto em 25 de abril de 2020, e (ii) uma parcela no valor de 50% (cinquenta por cento) do Valor Nominal das Debêntures da 2ª Série na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série.

#### **4.10. Atualização Monetária e Remuneração das Debêntures**

4.10.1. As Debêntures da 1ª Série não serão objeto de atualização monetária. As Debêntures da 1ª Série renderão juros correspondentes a 111,25% (cento e onze inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, desde a Data de Integralização, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a Data de Vencimento da 1ª Série ("Remuneração das Debêntures da 1ª Série").

4.10.2 As Debêntures da 2ª Série não serão objeto de atualização monetária. As Debêntures da 2ª Série renderão juros correspondentes a 112% (cento e doze por cento) da variação acumulada da Taxa DI, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, desde a Data de Integralização, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a Data de Vencimento da 2ª Série ("Remuneração das Debêntures da 2ª Série") e, em conjunto com Remuneração das Debêntures da 1ª Série, "Remuneração").

4.10.3 A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, ou sobre o saldo do Valor



Nominal Unitário, desde a Data de Integralização de cada série ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior (conforme definido abaixo), até a data de pagamento da Remuneração em questão, ou, até a data em que ocorrer uma hipótese de vencimento antecipado das Debêntures ou o Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo) das Debêntures, observado o cronograma de pagamento da Remuneração, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J Valor da Remuneração, devida nos termos do item 4.10.1 e do item 4.10.2 acima, calculada com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal de Emissão ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI Produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado a partir da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo do pagamento da Remuneração (conforme item 4.10.4 abaixo), exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$$

onde:

$n_{DI}$  Número total de Taxas DI-Over, sendo " $n_{DI}$ " um número inteiro;

k Corresponde ao número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até  $n_{DI}$

p Percentual a ser aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, correspondente a 111,25 (cento e onze inteiros e vinte e cinco centésimos) para as Debêntures da 1ª Série e 112 (cento e doze) para as Debêntures da 2ª Série;

$TDI_k$  Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI<sub>k</sub> Taxa DI-Over divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Observações:

- 1) O fator resultante da expressão  $\left[ 1 + \left( \text{DI}_k \times \frac{P}{100} \right) \right]$  será considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
  - 2) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left[ 1 + \left( \text{DI}_k \times \frac{P}{100} \right) \right]$ , sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
  - 3) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
  - 4) As Taxas DI deverão ser utilizadas considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.
- 4.10.4. A Remuneração das Debêntures da 1ª Série e a Remuneração das Debêntures da 2ª Série serão pagas semestralmente, a partir da Data de Emissão, conforme as datas de pagamento de remuneração indicadas nas tabelas abaixo (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série" e "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série", e em conjunto "Data de Pagamento da Remuneração").

Datas de Pagamento de Remuneração das Debêntures da 1ª Série	
1ª) 25 de outubro de 2014	6ª) 25 de abril de 2017
2ª) 25 de abril de 2015	7ª) 25 de outubro de 2017
3ª) 25 de outubro de 2015	8ª) 25 de abril de 2018
4ª) 25 de abril de 2016	9ª) 25 de outubro de 2018
5ª) 25 de outubro de 2016	10ª) 25 de abril de 2019

Datas de Pagamento de Remuneração das Debêntures da 2ª Série	
1ª) 25 de outubro de 2014	8ª) 25 de abril de 2018
2ª) 25 de abril de 2015	9ª) 25 de outubro de 2018
3ª) 25 de outubro de 2015	10ª) 25 de abril de 2019
4ª) 25 de abril de 2016	11ª) 25 de outubro de 2019

5ª) 25 de outubro de 2016	12ª) 25 de abril de 2020
6ª) 25 de abril de 2017	13ª) 25 de outubro de 2020
7ª) 25 de outubro de 2017	14ª) 25 de abril de 2021

4.10.5. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização e termina na primeira Data de Pagamento de Remuneração, e para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior e termina na Data de Pagamento de Remuneração subsequente.

4.10.6. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento ordinário ou antecipado.

4.10.7. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam Debenturistas ao final do dia útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento de cada parcela de Remuneração.

4.10.8. Caso a Taxa DI não esteja disponível, quando da apuração da Remuneração, será aplicada na apuração da Remuneração a última Taxa DI divulgada oficialmente na data de apuração da Remuneração, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.10.9. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão e observado o disposto na Cláusula 4.10.10 abaixo) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13/03 e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração, será utilizada a fórmula estabelecida no item 4.10.3 acima e para a apuração de "TDI<sub>k</sub>" será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente na apuração da Remuneração, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.10.9.1. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Cláusula Sétima) de que trata o item 4.10.9 acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração, será utilizada a fórmula estabelecida no item 4.10.3 acima e, para a apuração de "TDI<sub>k</sub>", a última Taxa DI divulgada oficialmente será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.10.10. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.10.9 acima, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação que não houve acordo, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento das Debêntures, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, das Debêntures em circulação, acrescido da respectiva Remuneração, devida até a data do efetivo resgate, calculada pro rata temporis desde a Data de Integralização, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior. Neste caso, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração, será utilizada a fórmula estabelecida no item 4.10.3 acima e para a apuração de "TDI<sub>k</sub>" será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente para o cálculo da Remuneração.

#### **4.11. Repactuação Programada**

4.11.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

#### **4.12. Vencimento Antecipado**

4.12.1. O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emissora, e exigir, mediante notificação, nos termos desta cláusula, o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, das Debêntures em circulação acrescido da Remuneração aplicável, calculada pro rata temporis, e dos encargos moratórios, se houver, conforme disposto no item 4.10 acima, a partir da Data de Integralização, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do seu efetivo pagamento na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

- a) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora, por qualquer de suas controladas, diretas ou indiretas, e/ou por quaisquer terceiros legalmente habilitados à propositura de referido pedido contra a Emissora, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano e independentemente de deferimento pelo juízo competente, ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial;
- b) extinção, liquidação, insolvência, dissolução, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal, ou decretação de falência da Emissora e/ou de suas controladas (conforme definidas abaixo);
- c) não pagamento de qualquer obrigação pecuniária das Debêntures na respectiva data de vencimento, sem prejuízo do pagamento de eventuais encargos moratórios devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão;
- d) descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária descrita nesta Escritura de Emissão, não sanado em até 10 (dez) dias contados da data que tal obrigação deveria ter sido cumprida, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- e) não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 3.6;
- f) invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão (e/ou de qualquer de suas disposições), conforme decisão judicial de primeira instância, sendo que tal decisão terá efeitos imediatos para fins deste item;
- g) questionamento judicial desta Escritura de Emissão, pela Companhia, por qualquer sociedade controlada pela Companhia (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) ("Controlada(s)"), e/ou por qualquer coligada da Companhia;
- h) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência de terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- i) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou de qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou qualquer de suas Controladas exceto:



- (i) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; ou
  - (ii) exclusivamente no caso de cisão, fusão ou incorporação da Companhia, se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou
  - (iii) pela incorporação, pela Companhia (de modo que a Companhia seja a incorporadora), de qualquer Controlada ou de ações de emissão de qualquer Controlada; ou
  - (iv) se realizada exclusivamente entre Controladas; ou
  - (v) exclusivamente no caso de fusão, se não resultar em mudança do bloco de controle;
- j) transferência de controle acionário indireto da Emissora que resulte em alteração do seu controle acionário, conforme definido no art. 116 da Lei das Sociedades por Ações na Data de Emissão, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocadas especialmente para esse fim, observado que estão permitidas eventuais transferências de ações de emissão da Emissora entre os membros do seu bloco de controle existente na Data de Emissão, conforme listados na Versão 14.0 do formulário de referência da Emissora, disponível no website da CVM na Data de Emissão;
- k) protestos legítimos de títulos contra a Emissora ou contra suas Controladas cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas salvo se validamente comprovado ao Agente Fiduciário que foi cancelado ou sustado, em qualquer hipótese, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis ou o prazo estipulado no protesto, o que for maior;
- l) não pagamento, na data de vencimento original ou de vencimento antecipado, de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou de suas Controladas, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

- m) não cumprimento de qualquer decisão judicial, administrativa, arbitral ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou suas Controladas em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, no prazo de pagamento estipulado na respectiva decisão;
- n) redução de capital social, sem observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, e/ou alteração do estatuto social da Emissora que implique a concessão de direito de retirada aos acionistas da Emissora;
- o) distribuição e/ou pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações, caso esta esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão;
- p) transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;
- q) caso as declarações feitas pela Emissora na Escritura de Emissão provem-se falsas ou incorretas;
- r) caso as declarações feitas pela Emissora na Escritura de Emissão provem-se inconsistentes e/ou insuficientes;
- s) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, necessárias para o regular exercício das atividades da Emissora, exceto questões pontuais relacionadas a uma ou mais unidades da Emissora que não afetem materialmente as atividades da Emissora;
- t) alteração do objeto social da Emissora, conforme disposto em seu estatuto social, vigente na Data de Emissão, exceto se não resultar em alteração da atividade principal da Emissora;
- u) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Emissora;
- v) mudança adversa no estado econômico financeiro ou operacional da Companhia, sendo que mudança adversa no estado econômico financeiro ou operacional significa



qualquer alteração adversa relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Companhia que comprometam sua capacidade de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;

- w) não manutenção, após verificação trimestral com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora, apuradas segundo as normas contábeis aplicáveis, da razão entre Dívida Líquida e EBITDA em patamar inferior a 3,5x (três inteiros e cinco décimos) ao ano, sendo que, para os fins desta alínea (r), considera-se "Dívida Líquida" a somatória das rubricas de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não-circulante, acrescida da rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não-circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa que venha a ser criada, excluídas as rubricas: caixa, bancos, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e operações com derivativos do ativo circulante e não-circulante; considera-se "EBITDA" o lucro operacional antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses;
- x) ocorrência de arresto, sequestro ou penhora sobre os bens da Emissora, que tenham valor, individual ou agregado, superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais); e
- y) emissão de títulos e/ou valores mobiliários sem observância do artigo 9º da Instrução CVM n.º 476.

4.12.2. A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de qualquer dos eventos descritos nas alíneas acima, comunicar em até 5 (cinco) dias úteis o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas.

4.12.3. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (c), (g), (i), (j), (l), (n), (o); (p) e (q) do item 4.12.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer notificação.

4.12.4. Na ocorrência dos eventos previstos nas demais alíneas do item 4.12.1 acima, o Agente Fiduciário deverá publicar a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do momento em que tomar ciência do evento ou assim que vier a ser informado por quaisquer dos Debenturistas, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo legal.

4.12.5. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.12.4 acima, que será instalada observado o quorum previsto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, os

Debenturistas poderão optar, em votação em separado, por deliberação de Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.12.6. Independente do disposto no item 4.12.4 acima, a não instalação das referidas Assembleias de Debenturistas por falta de quorum, será interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures de que são titulares.

4.12.7. Em caso de declaração do vencimento antecipado automático ou não automático das Debêntures pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, das Debêntures em circulação ou das Debêntures em circulação da respectiva Série, conforme o caso, acrescido da Remuneração calculada pro rata temporis, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, desde a Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento, em até 5 (cinco) dias corridos contados da data em que for declarado o vencimento antecipado, considerando que todas as Debêntures serão pagas em uma única data, mediante notificação a ser enviada pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, à Emissora na forma constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios.

4.12.8. A CETIP deverá ser comunicada, com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência, por meio de correspondência encaminhada pelo Agente Fiduciário, da ocorrência do vencimento antecipado.

#### **4.13. Resgate Antecipado Facultativo**

4.13.1. As Debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente, total ou parcialmente, a critério exclusivo da Companhia, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês contado da Data de Emissão, para as Debêntures da 1ª Série, e a partir do 43º (quadragésimo terceiro) mês contado da Data de Emissão, para as Debêntures da 2ª Série ("Resgate Antecipado"), mediante (i) comunicação escrita ao Agente Fiduciário e à totalidade dos titulares das Debêntures ("Comunicado de Resgate Antecipado"); ou (ii) aviso aos debenturistas, conforme previsto no item 4.18 abaixo informando: (a) a data em que será realizado o Resgate Antecipado; (b) a quantidade de Debêntures de cada Série que será objeto do Resgate Antecipado, em caso de Resgate Antecipado parcial; (c) o procedimento para eventual sorteio, em caso de Resgate Antecipado parcial; e (d) qualquer outra informação relevante para os Debenturistas. O valor a

ser pago aos titulares das Debêntures a título de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, e dos encargos moratórios, se houver, desde a Data de Integralização, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data do Resgate Antecipado, bem como de prêmio de resgate antecipado, aplicável a cada Série conforme as tabelas abaixo relacionadas:

a) para as Debêntures da 1ª Série:

<b>Período (a partir da Data de Emissão)</b>	<b>Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série (flat)</b>
Entre o 25º mês, e o 36º mês, inclusive	0,70% (setenta centésimos por cento) sobre o saldo do Valor Nominal Unitário objeto de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série, acrescido da Remuneração respectiva devida e ainda não paga até a data de Resgate Antecipado, calculada <i>pro rata temporis</i> a partir da Data de Integralização, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior.
Entre o 37º mês, inclusive, e o 48º mês, inclusive	0,60% (sessenta centésimos por cento) sobre o saldo do Valor Nominal Unitário objeto de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série, acrescido da Remuneração respectiva devida e ainda não paga até a data de Resgate Antecipado, calculada <i>pro rata temporis</i> a partir da Data de Integralização, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior.
A partir do 49º mês, inclusive, até a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série	0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o saldo do Valor Nominal Unitário objeto de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série, acrescido da Remuneração respectiva devida e ainda não paga até a data de Resgate Antecipado, calculada <i>pro rata temporis</i> a partir da Data de Integralização, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior.

b) para as Debêntures da 2ª Série:

Período (a partir da Data de Emissão)	Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série (flat)
Entre o 43º mês e o 60º mês, inclusive	0,70% (setenta centésimos por cento) sobre o saldo do Valor Nominal Unitário objeto de Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série, acrescido da Remuneração respectiva devida e ainda não paga até a data de Resgate Antecipado, calculada <i>pro rata temporis</i> a partir da Data de Integralização, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior.
Entre o 61º mês, inclusive, e o 72º mês, inclusive	0,60% (sessenta centésimos por cento) sobre o saldo do Valor Nominal Unitário objeto de Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série, acrescido da Remuneração respectiva devida e ainda não paga até a data de Resgate Antecipado, calculada <i>pro rata temporis</i> a partir da Data de Integralização, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior.
A partir do 73º mês, inclusive, até a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série	0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o saldo do Valor Nominal Unitário objeto de Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série, acrescido da Remuneração respectiva devida e ainda não paga até a data de Resgate Antecipado, calculada <i>pro rata temporis</i> a partir da Data de Integralização, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior.

4.13.2. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas a ser

realizado pelo Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, no caso de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.13.3. Na hipótese de resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, § 2º, da Lei n.º 6.404/76. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, todas as etapas do processo de validação do Resgate Antecipado parcial, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

4.13.4. A CETIP deverá ser comunicada através de correspondência da Emissora com o "de acordo" do Agente Fiduciário, sobre a realização do Resgate Antecipado, com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data pretendida para a realização do Resgate Antecipado.

4.13.5. As Debêntures resgatadas antecipadamente serão canceladas.

#### **4.14. Multa e Juros Moratórios**

4.14.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além da Remuneração, (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios, calculados pro rata temporis, à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso.

#### **4.15. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

4.15.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.14.1. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora na data prevista nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, acarretará a perda do direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento ou do comunicado.

#### **4.16. Local de Pagamento**

4.16.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora através da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP. As



Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP terão os seus pagamentos realizados pela Emissora através do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário.

#### **4.17. Prorrogação dos Prazos**

4.17.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, se o respectivo vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

#### **4.18. Publicidade**

4.18.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, a critério razoável da Emissora, em comum acordo com o Agente Fiduciário, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico", edição nacional, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações e pela CVM, e comunicados ao Agente Fiduciário, na forma da Cláusula 5, alínea (a), item (iv), desta Escritura de Emissão, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

#### **4.19. Imunidade Tributária**

4.19.1. Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, referido titular de Debêntures deverá encaminhar ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de pagamentos referentes às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seu pagamento os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

#### **4.20. Aquisição Facultativa**

4.20.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observando as restrições impostas pela Instrução CVM n.º 476 e demais disposições aplicáveis, adquirir as Debêntures em circulação nos termos do artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

4.20.2. As Debêntures objeto do procedimento descrito no item acima poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser colocadas para negociação no mercado, sendo que, nesta última hipótese, as Debêntures farão jus à mesma Remuneração atribuída às demais Debêntures da mesma Série em circulação, observada a regulamentação em vigor.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

a) fornecer ao Agente Fiduciário, caso não se encontre disponível na página da CVM na rede mundial de computadores:

- (i) no prazo de até 1 (um) Dia Útil após o que ocorrer primeiro entre o 90º (nonagésimo) dia contado do término de cada exercício social e a data da efetiva divulgação, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes. As informações referidas neste inciso deverão ser acompanhadas de: (a) relatório consolidado da memória de cálculo, explicitando as rubricas necessárias à apuração dos Índices e Limites Financeiros, devidamente calculados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; (b) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (i) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; e (ii) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 4.12.1 e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; e (iii) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social; e (c) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora, sendo que esta obrigação não será aplicável a comunicações (i) que não tenham implicação direta relevante sobre as Debêntures; ou (ii) nas quais haja dever de sigilo por parte da Emissora;
- (ii) no prazo de até 1 (um) Dia Útil após o que ocorrer primeiro entre 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social e a data da efetiva divulgação, cópia de suas

informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes. As informações referidas neste inciso deverão ser acompanhadas de: (a) relatório consolidado da memória de cálculo, explicitando as rubricas necessárias à apuração dos Índices e Limites Financeiros, devidamente calculados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, e (b) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (i) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; e (ii) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 4.12.1 e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; e (iii) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;

- (iii) cópias das informações periódicas e eventuais previstas na Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 480"), ou normativo que venha a substituí-la, com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM;
- (iv) declaração do representante legal da Emissora atestando o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão em até 10 (dez) dias úteis antes do pagamento dos dividendos aos acionistas/sócios da Emissora
- (v) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.18 acima;
- (vi) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 480 ou normativo que venha a substituí-la, ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (vii) informações sobre qualquer descumprimento, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 1 (um) dia útil, contado da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto na alínea (vii) abaixo;

- (viii) em até 5 (cinco) dias úteis da respectiva solicitação, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser fundamentadamente solicitada;
- (ix) em até 1 (um) dia útil após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa resultar em efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora;
- (x) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos na Cláusula 4.18 acima;
- (xi) tempestivamente após a sua inscrição na JUCESP, uma via original desta Escritura de Emissão e de todos os seus eventuais aditamentos;
- (xii) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- b) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e a CETIP, bem como tomar todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;
- c) enviar os dados societários, os dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado na alínea (k) da Cláusula 6.5, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto na alínea (m) da Cláusula 6.5. abaixo;
- d) apresentar imediatamente ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM;
- e) comunicar os Debenturistas e as autoridades competentes sobre a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar

negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas, no todo ou em parte;

- f) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão, à Oferta Restrita ou às Debêntures em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM n.º 476 e no artigo 48 da Instrução CVM n.º 400;
- g) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta à CVM, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM n.º 400;
- h) abster-se, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta à CVM, de (a) revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à condução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados à preparação da Emissão;
- i) submeter a exame, na forma da lei, suas contas e balanços à empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- j) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, resultantes de atos de sua gestão, promovendo a publicação das demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações e, pelo menos 1 (uma) vez ao ano, em jornais de grande circulação, dos seguintes documentos, que devem ser complementados com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para o esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício da Emissora:
  - (a) balanço patrimonial;
  - (b) demonstração das mutações do patrimônio líquido;
  - (c) demonstração do resultado do exercício;
  - (d) demonstração de fluxo de caixa;
  - (e) parecer da auditoria externa; e
  - (f) demais documentos que venham a ser exigidos pela legislação pertinente à matéria;
- k) realizar o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos desta Escritura de Emissão;

- l) arcar, de forma exclusiva, com todos os custos relativos à Emissão;
- m) efetuar tempestivamente o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures, cuja responsabilidade pelo recolhimento seja atribuída por lei à Emissora;
- n) manter as Debêntures registradas para negociação no CETIP21 durante todo o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- o) manter atualizado o registro de companhia aberta da Emissora perante a CVM;
- p) cumprir, e fazer com que as suas Controladas cumpram, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- q) manter, e fazer com que as Controladas mantenham, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, que sejam relevantes para suas respectivas atividades e que sua ausência não afete negativamente a capacidade de pagamento das Debêntures pela Emissora;
- r) manter, e fazer com que as Controladas mantenham, seguro adequado para seus bens e ativos relevantes, conforme práticas correntes de mercado;
- s) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- t) notificar, na mesma data, o Agente Fiduciário da convocação, pela Companhia, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas;
- u) convocar, no prazo de até 1 (um) Dia Útil, Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça no prazo aplicável;
- v) comparecer, por meio de seus representantes, às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitado;

- w) manter em adequado funcionamento, atendimento eficiente aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço; e
- x) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.

**5.2.** Além das obrigações gerais acima descritas, são obrigações específicas da Emissora, nos termos da ICVM 476, incluindo, mas não limitadas ao artigo 17 da ICVM 476:

- a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e com as regras emitidas pela CVM;
- b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- d) manter os documentos mencionados no inciso (c) em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM n.º 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM n.º 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenadores e ao Agente Fiduciário;
- g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP; e
- h) não realizar qualquer outra emissão de debêntures dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do envio da comunicação de encerramento da Oferta à CVM, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

**5.3.** A Emissora deverá enviar à CETIP as informações divulgadas na rede mundial de computadores nos termos dos itens "c" e "f" da cláusula 5.2. acima, imediatamente após a sua divulgação.

5.4. Nos termos do parágrafo 4º do artigo 17 da Instrução CVM n.º 476, os controladores e administradores da Emissora são responsáveis pelo cumprimento das obrigações previstas na cláusula 5.3. acima.

## CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão, a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- a) é uma instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com a legislação brasileira;
- b) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- c) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável;
- d) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- e) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- f) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- g) não tem qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- h) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução da CVM n.º 28;

- i) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável e vigente;
- j) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- k) está ciente das disposições da Circular n.º 1.832 do Banco Central do Brasil, de 31 de outubro de 1990;
- l) constitui esta Escritura de Emissão uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- m) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão sendo que tal verificação se deu através das informações fornecidas pela Emissora, sem que o Agente Fiduciário tenha conduzido qualquer procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, fato do qual os Debenturistas, ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures, declaram-se cientes e de acordo; e
- n) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que não presta serviços de agente fiduciário para a Emissora.

**6.3.** O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento, até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas ou até sua efetiva substituição.

**6.4.** Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a seguinte remuneração ("Remuneração do Agente Fiduciário"):

- (a) parcelas anuais de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura desta Escritura de Emissão e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes;
- (b) as parcelas referentes à Remuneração do Agente Fiduciário serão acrescidas de (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS) (ii) Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); (iv) Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL); e (iv) quaisquer outros impostos que

venham a incidir sobre a Remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, excetuando-se o Imposto de Renda (IR);

(c) A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas cobranças acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após prévia aprovação sempre que possível, quais sejam: publicações em geral; custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão, notificações, extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, alimentação e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas;

(d) as parcelas referentes à Remuneração do Agente Fiduciário serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão das Debêntures até a data de pagamento de cada parcela, calculadas pro-rata die; e

(e) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado pro rata die.

6.4.1. A Emissora, mediante aprovação, ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega à Emissora de cópia dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com auditores e honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do

Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

**6.5.** Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), dos distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, dos Cartórios de Protesto, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- h) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;

- i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
- a. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - b. alterações estatutárias ocorridas no período;
  - c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
  - d. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - e. resgates, amortizações e repactuações realizados no período, bem como repactuação, aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - f. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - g. relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - h. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
  - i. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:

- (i) denominação da companhia ofertante;

- (ii) valor da emissão;
- (iii) quantidade de debêntures emitidas;
- (iv) espécie;
- (v) prazo de vencimento das debêntures;
- (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
- (vii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

j. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissora;

l) divulgar as informações referidas na alínea "i" do item (i) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;

m) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (k) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:

- (i) na sede da Emissora;
- (ii) na sede do Agente Fiduciário;
- (iii) na CVM;
- (iv) na CETIP; e
- (v) na sede dos Coordenadores.

n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;

o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Banco Liquidante e Escriturador, Mandatário e

à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e a CETIP a divulgarem ao Agente Fiduciário, a qualquer momento, a posição das Debêntures, bem como relação dos Debenturistas;

- p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- q) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que tomou ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- r) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures; e
- s) acompanhar os índices e limites financeiros previstos no item 4.12.1. (r) acima, na periodicidade prevista nesta Escritura de Emissão, e informar imediatamente os Debenturistas de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros; e
- t) disponibilizar o preço unitário das Debêntures (Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração), a ser calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do seu website.

**6.6.** Sem prejuízo do disposto no item 4.12 acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e

d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas (i) nas alíneas (a), (b) e (c) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures de ambas as Séries em circulação; e (ii) a deliberação por Debenturistas que representem a maioria das Debêntures de cada Série em circulação, quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (d) acima.

6.6.2. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.6.3. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, este assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

6.6.4. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.6.5. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices e Limites Financeiros.



6.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contado do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à remuneração avençada nesta Escritura de Emissão.

6.8.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

6.8.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.8.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada pro rata temporis, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.8.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme o caso, e eventuais normas posteriores.

6.8.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCESP.

6.8.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.18 acima.

6.8.5.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

7.1. Os Debenturistas de cada uma das Séries poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de Debenturistas da 1ª Série ("Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série") e assembleia geral de Debenturistas da 2ª Série ("Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Série") e, quando em conjunto com a Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série, ou individual e indistintamente, somente "Assembleia Geral de Debenturistas") respectivamente, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da respectiva Série, sendo que deverá ser realizada uma Assembleia Geral de Debenturistas comum às 2 (duas) Séries caso a matéria a ser deliberada diga respeito à ambas as séries, inclusive nas Assembleia Geral de Debenturistas que tenham por objeto alterar as seguintes características das Debêntures: (i) Remuneração; (ii) Data de Pagamento da Remuneração; (iii) os valores e as datas de amortização das Debêntures; (iii) quorum de deliberação de Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Cláusula Sétima; e (iv) hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, conforme previstas na Cláusula 4.12. acima, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas, que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou das Debêntures em circulação da respectiva Série, conforme aplicável, consoante determinação do artigo 71, § 1º, da Lei das Sociedades por ações, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.3.2. As deliberações tomadas pelos Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação de cada uma das Séries, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral dos Debenturistas da respectiva Série ou do voto proferido na Assembleia Geral de Debenturistas da respectiva Série.

7.4. Cada Assembleia Geral de Debenturista será convocada, em primeira convocação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora efetue suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes na Lei das Sociedades por Ações, na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão.

7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação ou das Debêntures em circulação da respectiva Série, conforme aplicável e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto na Assembleia Geral de Debenturistas, cujas deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em circulação ou das Debêntures em circulação da respectiva Série, conforme aplicável, exceto se houver outro quorum específico estabelecido para a matéria, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.6.1. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.12.5. desta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação de cada respectiva Série, conforme aprovado em Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série e Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Série.

7.6.2. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas que tenham por objeto alterar as seguintes características das Debêntures: (i) Remuneração; (ii) Data de Pagamento da Remuneração; (iii) os valores e as datas de amortização das Debêntures; (iii) Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série ou Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série; (iv) quorum de deliberação de Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Cláusula Sétima; (iv) características do Resgate Antecipado Facultativo e (v) hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, conforme previstas na Cláusula 4.12. acima, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem no mínimo 90% (noventa por cento) do total das Debêntures em circulação ou das Debêntures em circulação de cada respectiva Série, conforme aplicável. Para todas as demais deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação ou das Debêntures em circulação de cada respectiva Série, conforme aplicável.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, acionistas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitado pela Emissora, para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.10. Serão consideradas regulares as Assembleias Gerais de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação de cada uma das Séries, independentemente de publicações e/ou avisos.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA**

8.1. A Emissora neste ato declara e garante que:

- a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras, com registro de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras e a regulamentação aplicável;
- b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, assim como a emissão e a distribuição pública das Debêntures não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- f) a Emissora está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e nas demais legislações e regulamentações ambientais supletivas que sejam igualmente relevantes para a execução das atividades da Emissora, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para

realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

- g) as demonstrações financeiras e informações trimestrais da Emissora representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- h) exceto por aqueles mencionados nas suas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas à CVM e ao mercado, a Emissora não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora;
- i) as informações e declarações prestadas pela Emissora no âmbito de seu formulário de referência, disponível no website da CVM na Data de Emissão, são verdadeiras, consistentes, precisas, completas e corretas, não contendo omissões de fatos relevantes; bem como foram elaboradas em conformidade com a legislação aplicável, incluindo, mas não se limitando à Instrução CVM n.º 480;
- j) as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão em relação à Emissora e à Emissão, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- k) não omitiu ou omitirá fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Investidores Qualificados que venham a adquirir Debêntures;
- l) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- m) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão exclusivamente para os fins descritos no item 3.6 desta Escritura de Emissão;
- n) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;

- o) está adimplente com o cumprimento das obrigações constante deste Escritura de Emissão que sejam exigíveis até a data de assinatura da mesma e não existe, na presente data, qualquer hipótese de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão;
- p) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, é que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- q) tem conhecimento de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM n.º 476, não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data de comunicação à CVM do encerramento da distribuição, a menos que a nova oferta seja submetida à registro junto à CVM;
- r) todas as declarações prestadas pela Emissora são verdadeiras na data de assinatura desta Escritura de Emissão;
- s) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;
- t) as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 e aos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2013 e 2014 representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- u) está, assim como as Controladas, em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial; e
- v) possui, assim como as Controladas, válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades.

8.1.1. A Emissora se compromete a notificar em até 2 (dois) dias úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou

parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

## CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

**MARISA LOJAS S.A.**

Rua James Holland, n.º 422/432

CEP 01138-000

São Paulo – SP

At.: Paulo Sérgio Borsatto

Tel.: (11) 2109-6252

Fax: (11) 33924276

E-mail: borsatto@marisa.com.br, com cópia para aldemir.lima@marisa.com.br

**Para o Agente Fiduciário:**

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco 4, sala 514 – Barra da Tijuca

Rio de Janeiro - RJ

CEP 22640-102

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: backoffice@pentagontrustee.com.br

**Para o Banco Liquidante e Agente Mandatário:**

**BANCO BRADESCO S.A.**

Cidade de Deus, s/no, Prédio Amarelo, 2o andar

CEP 06029-900 – Osasco – SP

At.: Marcelo Ronaldo Poli

Telefone: (11)3684-7654

Correio eletrônico: 4010.mpoli@bradesco.com.br

**Para a CETIP:**

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

CEP 01452-001

São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

**Para a CVM (quando aplicável):**

**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

Centro de Consulta da CVM-RJ

Rua 7 de Setembro, n.º 111, 5º andar

Rio de Janeiro – RJ

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º e 4º andares

São Paulo – SP

Site: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**9.2.** As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelos Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado.

**CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**10.1.** Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

**10.2.** A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável obrigando as Partes por si e seus sucessores.

**10.3.** Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

**10.4.** A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

**10.5.** As Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

**10.6.** As palavras e os termos constantes desta Escritura de Emissão, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira, que, eventualmente, durante a vigência da presente Escritura de Emissão, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos por ambas as partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

**10.7.** Exceto se de outra forma previsto nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

**10.8.** Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

#### **CLÁUSULA ONZE – DA LEI E O FORO**

**11.1.** Esta Escritura de Emissão reger-se-á pelas leis brasileiras.

**11.2.** Fica eleito o foro da comarca de São Paulo, estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

**11.2.** Fica eleito o foro da comarca de São Paulo, estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 24 de abril de 2014.



[o restante da página foi intencionalmente deixado em branco]

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, da Marisa Lojas S.A.

MARISA LOJAS S.A.

Nome: PAULO SÉRGIO BORSATTO

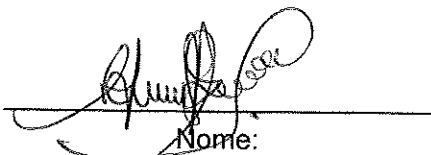
Cargo: DIRETOR FINANCEIRO/ADMINISTRATIVO  
E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Nome: MARCO LUIZ GOLDFARB

Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, da Marisa Lojas S.A.

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**



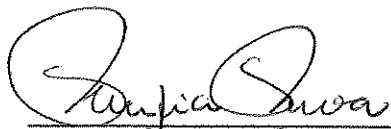
Nome:

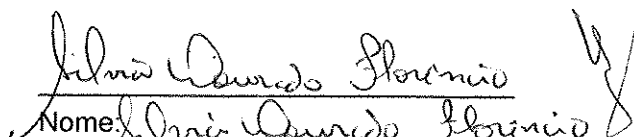
Cargo:

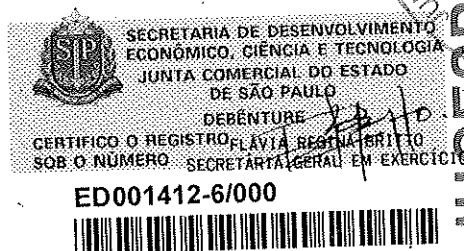
**Ana Paula de Oliveira**  
**Procuradora**  
RG: 28.306.958-2  
CPF: 216.001.828-79

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, da Marisa Lojas S.A.

**TESTEMUNHAS:**

  
Nome: Sofia Aparecida Silva  
RG: 29.437.030-4  
CPF/MF: 316.265.018-66

  
Nome: João Aurélio Florêncio  
RG: 25.994.992-9  
CPF/MF: 151.322.888-98



JUCESP

